

Título original do artigo: *Not a Debt, But a Gift*

Autor: E. J. Waggoner

Publicado em: 22 de setembro de 1890 no *Signs of the Times*

Tradução: biblioteca1888.org

Artigo original (inglês): <https://m.egwwritings.org/en/book/1543.1371#1380>

Áudio do artigo em português: <https://youtu.be/RKmYADwK-5k?si=wWN8pbu74k8B8NOS>

NÃO UMA DÍVIDA, MAS UMA DÁDIVA

Se estivermos em dúvida quanto ao certo ou ao errado de determinado procedimento, é sempre seguro não segui-lo. Dê ao que é correto e a Deus o benefício de toda dúvida. Fazer isso pode parecer, naquele momento, representar alguma perda, mas apenas parece. O melhor caminho é sempre o caminho certo. Os tolos olham apenas para o presente. A borboleta vive apenas para o presente; mas o filho de Deus deve avaliar as circunstâncias e as decisões por seus resultados eternos, não por sua aparência presente.

Vamos fazer uma breve revisão dos três primeiros capítulos de Romanos, para que possamos entender melhor a força do quarto, ao iniciá-lo. O primeiro capítulo, após a introdução, trata da terrível depravação e cegueira dos pagãos e de como eles perderam o conhecimento de Deus que antes possuíam. Se encerra com a afirmação de que eles mesmos sabem que, por seus atos, merecem esta sentença de morte que Deus pronunciou contra eles.

No segundo capítulo, todos os homens são colocados na mesma condenação que os gentios. Não há espaço nos escritos de Paulo para qualquer especulação moderna sobre o futuro julgamento dos gentios. Todos eles são mostrados como justamente condenados à morte. A esta sentença os judeus dariam um assentimento cordial; mas agora Paulo declara que todos os que sabem o suficiente para julgar os gentios, com isso se condenam, pois mostram que conhecem melhor, mas fazem as mesmas coisas.

Prosseguindo pelo segundo capítulo, encontramos a verdade declarada de que a cada homem Deus retribuirá segundo as suas obras, sejam boas ou más, porque Ele não faz acepção de pessoas. Assim, aprendemos que é a obra, e nada menos, que encontra graça diante de Deus, e que os gentios, que estão sem a lei escrita, na verdade têm a lei e serão julgados por ela no último dia. Em seguida, a questão é levada diretamente aos judeus, e eles são mostrados como culpados de transgredir a lei, enquanto se vangloriam dela; e assim ele mostra que, na realidade, eles não são judeus, pois somente aqueles que guardam a lei são judeus. O homem que não recebeu o sinal exterior da circuncisão, mas que guarda a justiça da lei, é de fato um

israelita; enquanto o homem que foi circuncidado e que pode traçar sua genealogia até Abraão, não é judeu, se não guarda a lei.

Nos primeiros dezenove versículos do terceiro capítulo, enfatiza-se o fato de que tanto judeus quanto gentios estão sob a mesma condenação; todos estão dentro da esfera da lei; ela se aplica a todos; e, como consequência, todos são declarados culpados perante Deus. A conclusão de tudo isso é que, pelas obras da lei, nenhuma carne pode ser justificada aos olhos de Deus. A lei é o modelo perfeito da verdade, portanto, ela deve declarar todos os homens culpados e não justos; e ninguém pode esperar expiar sua culpa por meio de obras de justiça, porque seus melhores esforços ficam muito aquém do padrão exigido e, portanto, na verdade, aumentam a medida de sua culpa.

Nessa situação extrema, a justiça de Deus sem a lei, na pessoa de Jesus Cristo, se manifesta. Essa justiça é exatamente o que a lei exige e é imputada sobre todos os que creem em Cristo. Sem dinheiro e sem preço, essa justiça é dada gratuitamente a todos os que exercem fé em seu sangue. Essa justiça imputada sobre o pecador toma o lugar de seus pecados, que são removidos tão longe quanto o oriente está do ocidente, e aquele que antes era pecador agora está justificado diante de Deus, sua justiça atestada pela lei, embora ele não tenha cumprido a lei. Ele foi justificado pela fé, sem as obras da lei. Isso remove todo motivo para vanglória, pois ninguém tem nada por seus próprios méritos. Há um só Deus, tanto para judeus quanto para gentios, e ele justifica tanto judeus quanto gentios da mesma maneira, ou seja, pela fé, por amor a ele mesmo, por meio dos méritos de Cristo. Assim, é pela fé, e não por obras, que a lei é estabelecida nos corações e nas vidas dos homens.

E agora o objetor judeu retorna ao ataque com uma pergunta muito semelhante àquela com a qual o quarto capítulo se inicia: **“Que diremos, pois, que Abraão, nosso pai, segundo a carne, encontrou?” (Romanos 4:1).** Ele não tem nada a dizer à acusação de que os judeus, como classe, são culpados e não podem ser salvos sem a ajuda de um poder externo e maior do que eles próprios; mas certamente Abraão, o bom e velho pai da nação, deve ter ganho algo por suas boas obras. Bem, diz o apóstolo, se Abraão foi justificado por obras, ele tem algo de que se gloriar. Ele pode se vangloriar de que sua própria mão realizou justiça e salvação. Mas lemos: “mas não diante de Deus”. Isso equivale a dizer: “Mas Abraão não foi justificado por obras, e não tem nada de que se gloriar diante de Deus”; e a prova é dada no versículo três: “Pois que diz a Escritura? Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça.”

A escritura à qual o apóstolo se refere é **Gênesis 15:6**. Deus levou Abraão para fora e disse-lhe para olhar para as estrelas e ver se conseguia contá-las, e disse que a sua descendência seria tão numerosa quanto elas. E o registro diz: “E ele creu no Senhor, e isso lhe foi imputado para justiça”. Paulo cita isso na forma passiva, mas sem alterar o sentido. Esta escritura prova conclusivamente que Abraão não foi justificado por obras e, portanto, não tem nada de que se gloriar, quanto à carne, assim como qualquer outro homem. Sua justiça não foi algo que ele próprio conquistou, mas foi-lhe dada gratuitamente pelo Senhor, porque ele simplesmente creu no que o Senhor disse.

Ora, ao que trabalha, o salário não é considerado como favor, mas como dívida. **(Romanos 4:4)**. A justiça é o que está em consideração, e assim a expressão “ao que trabalha” significa àquele que trabalha para alcançar a justiça. É muito evidente que, se um homem trabalha a sua própria justiça, a recompensa que recebe não é uma dádiva, mas o pagamento de uma dívida. Se ele fizer tudo sozinho, coloca Deus em obrigação para com ele, para que este lhe dê a recompensa da justiça. Ele poderá então vir ao Senhor e exigir o que lhe é devido. Mas nenhum homem pode colocar Deus em obrigação para com ele. O apóstolo escreve: **“Ou quem lhe deu primeiro a ele, para que lhe seja recompensado?” (Romanos 11:35)**. O próprio Senhor disse a Jó: **“Quem primeiro me deu, para que eu haja de retribuir-lhe? Pois o que está debaixo de todos os céus é meu.” (Jó 41:11)**. Tudo o que o Senhor faz pelo homem, ele o faz por amor a ele mesmo. **(Veja Salmo 23:3 e Isaías 43:25)**. Portanto, a declaração em **Romanos 3:24-27** permanece inabalável. Nem mesmo Abraão é exceção à verdade de que a justiça – a conformidade com a lei – vem somente pela fé em Cristo.

“Mas ao que não pratica, porém crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça.” (Romanos 4:5). “Ali”, diz o antinomista, o homem que é contra a lei, “eu sabia que nada nos era exigido”. Não tão depressa. Lembre-se de que já aprendemos na mesma epístola que Deus **“retribuirá a cada um segundo as suas obras” (Romanos 2:6)**. Quando o Senhor Jesus vier, trazendo consigo a sua recompensa, será **“para dar a cada um segundo as suas obras” (Apocalipse 22:12)**. As obras não podem, de modo algum, ser deixadas de lado. Mas as obras não têm importância para garantir a justiça para a remissão dos pecados, e é isso que está em questão neste capítulo, como aprendemos muito claramente nos três versículos seguintes:

“Assim como Davi também descreve a bem-aventurança do homem a quem Deus imputa justiça sem obras, dizendo: Bem-aventurados aqueles cujas

iniquidades são perdoadas, e cujos pecados são cobertos. Bem-aventurado o homem a quem o Senhor não imputa pecado.”

Aqui aprendemos que, quando o apóstolo fala daquele que não pratica obras, mas crê naquele que justifica o ímpio, tendo a sua fé imputada como justiça, ele se refere ao perdão dos pecados, que se realiza não por meio de boas obras do pecador, mas pela concessão da justiça de Cristo para substituir o pecado. É apresentado em **Zacarias 3:1-5; Isaías 61:10; Romanos 3:22-25; Tito 3:3-7**. O simples processo de conceder justiça para a remissão dos pecados.